

abrangidas por esta delegação de competências, até à data da sua publicação.

30 de Maio de 2005. — O Secretário de Estado Adjunto e da Justiça, *José Manuel Vieira Conde Rodrigues*.

**Despacho n.º 13 100/2005 (2.ª série).** — 1 — Ao abrigo do disposto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 35.º do Código do Procedimento Administrativo, no n.º 2 do artigo 6.º e no artigo 9.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, no artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, no n.º 1 do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 79/2005, de 15 de Abril, e no despacho n.º 10 824/2005, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 93, de 13 de Maio de 2005, subdelego na secretária-geral do Ministério da Justiça, Dr.ª Maria dos Anjos Lopes Duarte Maltez, as seguintes competências, no âmbito da Secretaria-Geral do Ministério da Justiça:

- a) Emitir instruções referentes a matérias relativas às competências genéricas do respectivo serviço;
- b) Conceder licenças sem vencimento por um ano e licença de longa duração, bem como autorizar o regresso à actividade, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 76.º, no n.º 2 do artigo 78.º e no n.º 2 do artigo 82.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março;
- c) Autorizar a prestação de trabalho nos termos do previsto na alínea d) do n.º 3 do artigo 27.º e no n.º 5 do artigo 33.º do Decreto-Lei n.º 259/98, de 18 de Agosto;
- d) Rescindir contratos de avença e tarefa;
- e) Autorizar a acumulação de funções ou de cargos públicos, nos termos do disposto no artigo 31.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro;
- f) Instaurar inquéritos e sindicâncias aos serviços, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 85.º do Estatuto Disciplinar dos Funcionários e Agentes da Administração Central, Regional e Local, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 24/84, de 16 de Janeiro, determinar a suspensão preventiva estabelecida no n.º 1 do artigo 54.º, dando-me conhecimento posterior imediato de todas as decisões tomadas, autorizar a prorrogação dos prazos a que se referem o n.º 1 do artigo 45.º e o n.º 2 do artigo 87.º e usar da faculdade estabelecida no n.º 4 do artigo 87.º, todos do referido Estatuto;
- g) Autorizar o exercício de funções em regime de substituição;
- h) Assinar o termo de aceitação ou conferir posse aos funcionários por mim nomeados, nos termos do previsto no n.º 1 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro;
- i) Co-aprovar os programas das provas de conhecimentos específicos, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho;
- j) Autorizar a celebração de protocolos com organismos públicos da administração central e da administração autónoma, autarquias locais e outras pessoas colectivas públicas e privadas;
- l) Autorizar despesas com empreitadas de obras públicas, locação e aquisição de bens e serviços, até ao limite de € 200 000;
- m) Autorizar as despesas relativas à execução de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados, até ao limite de € 1 000 000;
- n) Aprovar a escolha prévia do tipo de procedimento, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 79.º e no n.º 1 do artigo 205.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, até ao limite de € 200 000;
- o) Autorizar as despesas provenientes de alterações, variantes, revisões de preços e contratos adicionais às empreitadas de obras públicas e aquisição de serviços ou bens, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, até aos montantes referidos nas alíneas l) e m);
- p) Conceder adiantamentos a empreiteiros de obras públicas, nos termos do disposto nos n.ºs 1 a 3 do artigo 72.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, até ao limite de € 200 000;
- q) Prorrogar os prazos de execução de empreitadas de obras públicas, dando-me conhecimento posterior imediato de tais decisões;
- r) Autorizar o pagamento de encargos de anos anteriores até ao montante de € 200 000;
- s) Autorizar a requisição de passaportes oficiais, nos termos do Decreto-Lei n.º 83/2000, de 11 de Maio;
- t) Autorizar a equiparação a bolsheiro no País, nos termos do previsto no n.º 1 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 272/88, de 3 de Agosto, e no n.º 1 do artigo 8.º do Despacho Normativo n.º 18/2001, de 19 de Abril;
- u) Autorizar deslocações ao estrangeiro sem encargos para a Secretaria-Geral ou, tendo encargos, que sejam de duração até cinco dias, bem como as que se realizem no âmbito de projectos já superiormente aprovados;

- v) Autorizar o pagamento das indemnizações devidas para compensação de danos causados a terceiros ocasionados em acidentes de viação em que sejam intervenientes veículos da Secretaria-Geral;
- x) Autorizar o pagamento das indemnizações relativas a processos organizados na Secretaria-Geral, nos termos do n.º 1 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 74/70, de 2 de Março, nas situações do artigo 1.º do referido diploma;
- z) Autorizar despesas eventuais de representação do Ministério da Justiça, até ao montante de € 2500.

2 — Autorizo, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 36.º do Código do Procedimento Administrativo, a subdelegação das competências referidas nas alíneas do número anterior, excepto as constantes das alíneas a), b), c), e), f), g), h), j), n), o), q), r), s), t), u), v), x) e z).

3 — O presente despacho produz efeitos a partir de 23 de Maio de 2005, ficando por este meio ratificados, em conformidade com o disposto no n.º 3 do artigo 137.º do Código do Procedimento Administrativo, todos os actos praticados pela secretária-geral do Ministério da Justiça, Dr.ª Maria dos Anjos Lopes Duarte Maltez, no âmbito das competências abrangidas por esta delegação de competências, até à data da sua publicação.

30 de Maio de 2005. — O Secretário de Estado Adjunto e da Justiça, *José Manuel Vieira Conde Rodrigues*.

**Despacho n.º 13 101/2005 (2.ª série).** — Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 19.º e no n.º 3 do artigo 2.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, e no n.º 2 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 146/2000, de 18 de Julho, conjugado com o disposto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 129/2001, de 18 de Abril, é nomeado para exercer, em comissão de serviço, o cargo de vogal do conselho de direcção dos Serviços Sociais do Ministério da Justiça, assumindo, por urgente conveniência de serviço, funções à data do despacho, o licenciado João Carlos Ouro Sardinha, primeiro-sargento do quadro permanente da Força Aérea Portuguesa, possuidor de reconhecida aptidão e experiência profissional adequada ao exercício das referidas funções.

1 de Junho de 2005. — O Secretário de Estado Adjunto e da Justiça, *José Manuel Vieira Conde Rodrigues*.

#### Curriculum vitae

Dados pessoais:

Nome — João Carlos Ouro Sardinha.  
Estado civil — casado.  
Nacionalidade — portuguesa.  
Data de nascimento — 8 de Abril de 1962.  
Naturalidade — Cartaxo.

Formação académica:

Licenciatura em Geografia, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.  
Estágio no ramo educacional.

Experiência profissional:

Técnico superior do Instituto do Emprego e Formação Profissional. (Unidade de Formação, Centro de Formação Profissional de Santarém e Delegação de Lisboa e Vale do Tejo) — funções de gestão, planeamento, coordenação e acompanhamento das diferentes modalidades de formação profissional (educação e formação, aprendizagem, qualificação inicial e reconversão profissional).  
Professor profissionalizado de Geografia.  
Formador certificado do Instituto do Emprego e Formação Profissional.  
Militar do quadro permanente da Força Aérea Portuguesa — operador de circulação aérea e detecção, técnico de identificação e supervisor de exploração aérea no Sistema de Defesa Aérea Nacional.

**Despacho n.º 13 102/2005 (2.ª série).** — Nos termos das disposições conjugadas dos n.ºs 5 e 6 do artigo 68.º e do n.º 2 do artigo 69.º da Lei n.º 3/99, de 13 de Janeiro, atento o parecer favorável do Conselho Superior da Magistratura, autorizo a remuneração de três quintos do seu vencimento à licenciada Dina Maria Monteiro, juíza de direito no Círculo do Tribunal da Comarca da Amadora, pelo exercício em regime de acumulação das suas funções com as de juíza de direito no 2.º Juízo do mesmo Tribunal, no período compreendido entre

17 de Fevereiro e 20 de Junho de 2003, com exclusão das férias judiciais.

1 de Junho de 2005. — O Secretário de Estado Adjunto e da Justiça, *José Manuel Vieira Conde Rodrigues*.

### Direcção-Geral da Administração da Justiça

#### Aviso n.º 5950/2005 (2.ª série):

Engenheiro Seculdino Frias Loureiro, perito-avaliador do Distrito Judicial do Porto — altera a morada para a Rua de Fernandes Costa, 162, 3.º, direito, 4100-240 Porto.

31 de Maio de 2005. — O Director de Serviços Jurídicos, *Luis Borges Freitas*.

### Direcção-Geral dos Serviços Prisionais

**Despacho (extracto) n.º 13 103/2005 (2.ª série).** — Por meu despacho de 16 de Março de 2005, no exercício de competência delegada:

Cecília Vânia Pinto Gouveia, técnica profissional de 2.ª classe, escalão 2, índice 209, do quadro de pessoal do Instituto da Droga e da Toxicod dependência — transferida para a categoria de assistente administrativa, com o mesmo escalão e índice, para o quadro de pessoal desta Direcção-Geral, com efeitos a partir de 1 de Abril de 2005.

26 de Abril de 2005. — A Subdirectora-Geral, *Maria Fernanda Farinha*.

**Despacho (extracto) n.º 13 104/2005 (2.ª série).** — Por meu despacho de 10 de Março de 2005, no exercício de competência delegada:

Paula Cristina Martins Loureiro, assistente administrativa, escalão 3, índice 218, do quadro de pessoal do Instituto da Droga e da Toxicod dependência — transferida com a mesma categoria, escalão e índice para o quadro de pessoal desta Direcção-Geral, com efeitos a partir de 1 de Abril de 2005.

26 de Abril de 2005. — A Subdirectora-Geral, *Maria Fernanda Farinha*.

## MINISTÉRIO DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

### Gabinete do Ministro

**Despacho n.º 13 105/2005 (2.ª série).** — O Decreto-Lei n.º 314/2000, de 2 de Dezembro, aprovou um regime especial em matéria de instrumentos de gestão territorial para as zonas de intervenção legalmente definidas no âmbito do Programa Polis.

O referido diploma estipula no artigo 3.º que a aprovação pela assembleia municipal dos planos de urbanização e dos planos de pormenor para as áreas abrangidas por aquelas zonas de intervenção seja precedida do parecer de uma comissão técnica de acompanhamento, pelo que importa proceder à sua constituição.

Assim, determino:

1 — É constituída a comissão técnica de acompanhamento do Plano de Pormenor da Zona Urbana Norte, integrado na zona de intervenção do Programa Polis em Chaves.

2 — A comissão técnica de acompanhamento é integrada pelos seguintes elementos:

- Arquitecto João Biencard Cruz, em representação do Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, que preside;
- Arquitecta Maria do Rosário Mendonça, em representação do Ministro de Estado e das Finanças;
- Engenheiro Jorge Machado, em representação do Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações;
- Arquitecta Carla Ribatua e Doutor Paulo Amaral, em representação da Ministra da Cultura;
- Arquitecto Rodrigo Alberto Lopes Moreira e arquitecto Paulo Roxo Pires, em representação da Câmara Municipal de Chaves.

25 de Maio de 2005. — O Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, *Francisco Carlos da Graça Nunes Correia*.

**Despacho n.º 13 106/2005 (2.ª série).** — O Decreto-Lei n.º 314/2000, de 2 de Dezembro, aprovou um regime especial em matéria de instrumentos de gestão territorial para as zonas de intervenção legalmente definidas no âmbito do Programa Polis.

O referido diploma estipula no artigo 3.º que a aprovação pela assembleia municipal dos planos de urbanização e dos planos de pormenor para as áreas abrangidas por aquelas zonas de intervenção seja precedida do parecer de uma comissão técnica de acompanhamento, pelo que importa proceder à sua constituição.

Assim, determino:

1 — É constituída a comissão técnica de acompanhamento do Plano de Salvaguarda do Centro Histórico, integrado na zona de intervenção do Programa Polis em Chaves.

2 — A comissão técnica de acompanhamento é integrada pelos seguintes elementos:

- Arquitecto João Biencard Cruz, em representação do Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, que preside;
- Arquitecta Maria do Rosário Mendonça, em representação do Ministro de Estado e das Finanças;
- Engenheiro Jorge Machado, em representação do Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações;
- Arquitecta Carla Ribatua e Doutor Paulo Amaral, em representação da Ministra da Cultura.
- Arquitecto António José Malheiro Rodrigues e arquitecto Rodrigo Alberto Lopes Moreira, em representação da Câmara Municipal de Chaves.

25 de Maio de 2005. — O Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, *Francisco Carlos da Graça Nunes Correia*.

**Despacho n.º 13 107/2005 (2.ª série).** — O Decreto-Lei n.º 314/2000, de 2 de Dezembro, aprovou um regime especial em matéria de instrumentos de gestão territorial para as zonas de intervenção legalmente definidas no âmbito do Programa Polis.

O referido diploma estipula no artigo 3.º que a aprovação pela assembleia municipal dos planos de urbanização e dos planos de pormenor para as áreas abrangidas por aquelas zonas de intervenção seja precedida do parecer de uma comissão técnica de acompanhamento, pelo que importa proceder à sua constituição.

Assim, determino:

1 — É constituída a comissão técnica de acompanhamento do Plano de Pormenor da Zona Urbana Poente, integrado na zona de intervenção do Programa Polis em Chaves.

2 — A comissão técnica de acompanhamento é integrada pelos seguintes elementos:

- Arquitecto João Biencard Cruz, em representação do Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, que preside;
- Arquitecta Maria do Rosário Mendonça, em representação do Ministro de Estado e das Finanças;
- Engenheiro Jorge Machado, em representação do Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações;
- Arquitecta Carla Ribatua e Doutor Paulo Amaral, em representação da Ministra da Cultura;
- Arquitecto Rodrigo Alberto Lopes Moreira e arquitecto Paulo Roxo Pires, em representação da Câmara Municipal de Chaves.

25 de Maio de 2005. — O Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, *Francisco Carlos da Graça Nunes Correia*.

**Despacho n.º 13 108/2005 (2.ª série).** — O Decreto-Lei n.º 314/2000, de 2 de Dezembro, aprovou um regime especial em matéria de instrumentos de gestão territorial para as zonas de intervenção legalmente definidas no âmbito do Programa Polis.

O referido diploma estipula no artigo 3.º que a aprovação pela assembleia municipal dos planos de urbanização e dos planos de pormenor para as áreas abrangidas por aquelas zonas de intervenção seja precedida do parecer de uma comissão técnica de acompanhamento, pelo que importa proceder à sua constituição.

Assim, determino:

1 — É constituída a comissão técnica de acompanhamento do Plano de Pormenor das Margens do Tâmega, integrado na zona de intervenção do Programa Polis em Chaves.

2 — A comissão técnica de acompanhamento é integrada pelos seguintes elementos:

- Arquitecto João Biencard Cruz, em representação do Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do desenvolvimento Regional, que preside;
- Arquitecta Maria do Rosário Mendonça, em representação do Ministro de Estado e das Finanças;